

# DIÁRIO DO GOVÊRNO

Toda a correspondência, quer oficial quer re-lativa à assinatura do Diário do Govérno e à publicação de anúncios, deve ser dirigida à Direcção Geral da Imprensa Nacional, bem como os periódiens que trocarem com o mesmo Diário.

ASSINATURAS													
As 3 séries	•		•	Ano	195	Semestre							9850
A I. scrie.	•				85	»	٠		٠	•	•		4850
A 2.ª série. A 3.ª série.	•	•	٠		68								
					58		٠	٠	•	٠	•	٠.	2550
						ı » ada fi. de 2 p		٠.	٠.		ie		2550 105

O proço dos anúncios é de 806 a linha, acros-cido de 501 de selo por cada um, devendo vir acompanhados das respectivas importâncias. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratultamente.

# AVISO

São prevenidos todos os assinantes do «Diário do Govêrno», cujas assinaturas terminem no dia 30 do corrente, de que as devem renovar até aquele dia, a fim de não sofrerem interrupção na remessa.

## PREÇO DAS ASSINATURAS

As 3 séries: 18\$ por ano ou 9\$50 pcr semestre 8\$ 4\$50 A 1.º série: 6\$ 3\$50 A 2.º serie: 2\$50 5\$ A 3.º série:

Para o estrangeiro ou colónias que não sejam da África Ocidental acrescem aos preços mencionados os portes do correio.

### SUMÁRIO

#### Ministério de Interior:

Decreto n.º 1:682, elevando os vencimentos dos lugares de médicos do hospital e asilo da Misericordia de Amarante.

Portaria n.º 399, autorizando a Misericordia de Tomar a vender duas moradas de casas.

#### Ministério da Justiça e dos Cultos:

Decreto n.º 1:683, resolvendo, sob consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 15:103, em que era recorrente Vítor Manuel Gonçalves Branco.

Decreto n.º 1:684, cedendo à Câmara Municipal de Monção a re-

sidência paroquial da freguesia de Pinheiros.

Decreto n.º 1:685, prorrogando por mais um ano o prazo fixado para a Junta de Paróquia das Relíquias construir uma escola no terreno que, para êsse fim, lhe foi cedido por decreto de 1 de Julho de 1913.

Decreto n.º 1:686, cedendo à Câmara Municipal de Gaia os pres-bitérios de Gulpilhares, Arcozelo e Sandim.

Decreto n.º 1:687, cedendo à Câmara Municipal de Santarêm várias capelas e terrenos situados nas freguesias de Tremez, Salvador, Portela e Romeira.

#### Ministério das Finanças:

Decreto n.º 1:688, resolvendo, sob consulta do Supremo Tribunal Administrativo, o recurso n.º 15:042, em que era recorrente Américo Alves de Azevedo.

## Ministério da Guerra:

Decreto n.º 1:689, transferindo uma verba dentro do orçamento da despesa do Ministério em 1914-1915.

## Ministério do Fomento:

Portaria n.º 400, suscitando a observância, por parte dos juizes de paz, de determinadas disposições do regulamento sôbre desastres no trabalho.

## Ministério de Instrução Pública:

Nova publicação, rectificada, do decreto n.º 1:662, sôbre exames de Estado.

Decreto n.º 1:690, determinando que os exames do curso preparatório para as Faculdades de Medicina se realizem em duas epocas, nos meses de Julho e Outubro de cada ano.

Decreto n.º 1:691, determinando que os alunos das Faculdades de Sciências, habilitados com os cursos especiais de física e química, sejam dispensados de frequentar os cursos gerais dessas matérias para o efeito de admissão a exame de grupo em que figurem os referidos cursos.

## MINISTERIO DO INTERIOR

# Direcção Geral de Assistência

1.ª Repartição

## **Decreto** N.º 1:682

Atendendo ao que representou a Misericórdia de Amarante;

Vistas as informações oficiais e o disposto no artigo 38.º

do Código Administrativo:

Hei por bem, sob proposta do Ministro do Interior, elevar os vencimentos dos dois lugares de médicos do seu hospital e do asilo que administra, de 100\$ a 150\$ anuais, cada um, ficando a cargo da Misericórdia 1305 e do asilo 205, e autorizar a aludida corporação a prover por concurso os referidos lugares.

Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 29 de Junho de 1915.—Joaquim Teófilo Braga—

José Augusto Ferreira da Silva.

#### PORTARIA N.º 399

Tendo a Misericórdia de Tomar representado ao Govêrno no sentido de ser autorizada a vender, em hasta pública, duas moradas de casas, situadas na Rua de Joaquim Jacinto, da mesma cidade, com os n.ºs 12 a 18: manda o Governo da República Portuguesa que àquela corporação seja concedida a solicitada autorização, sob a clausula, porem, de serem observados os preceitos especiais das leis de desamortização.

Dada nos Paços do Govêrno da República, e publicada em 29 de Junho de 1915.—O Ministro do Interior, José

Augusto Ferreira da Silva.

# MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS CULTOS

Direcção Geral da Justiça e dos Cultos

1.ª Repartição

# DECRETO N.º 1:683

Sendo-me presente a consulta do Supremo Tribunal Administrativo, acêrca do recurso n.º 15:103, interposto pelo Dr. Vítor Manuel Gonçalves Branco, notário na comarca de Montalegre, do despacho de 14 de Agosto de 1914, do Ministro da Justiça, que desatendeu a reclama-